

Dez anos de grande violência contra os índios, diz Cimi

BRASÍLIA (Sucursal) — Os últimos dez anos foram os de maior violência planejada contra os povos indígenas, segundo balanço realizado pelo Conselho Indigenista Missionário. Essa violência, concluiu o Cimi, decorre da aplicação do capitalismo no campo, estimulado pelos incentivos fiscais do governo. Os instrumentos utilizados são os mais diversos: os entraves da Funai, o latifúndio, os arrendamentos, as mineradoras, as estradas, as barragens, as ramadas de fogo, as invasões permitidas, o veneno, etc.

Enquanto o Cimi afirma que "a política oficial vem se definindo dia a dia mais evidentemente contra o índio, esboça-se na sociedade nacional uma nova política indigenista, uma política pró-índio", o presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, pede para 1980 "confiança e paciência" no órgão que dirige. Com apenas dois meses à frente da Funai, Nobre da Veiga, ao fazer seu balanço, disse que "esta é uma nova experiência" e que "espero chegar a um bom termo para minimizar os conflitos".

Sobre o projeto de "estadualização" da política indigenista, o presidente da Funai afirmou que a mudança "não é política e só implicará em mais recursos para a Fundação Nacional do Índio, para ampliação de seus quadros. Isso não é estadualização, é repassar para os Estados a responsabilidade em comum com a Funai no trato das questões indígenas". Nobre da Veiga não garante a criação do Parque Yanomami para o próximo ano, ressaltando, no entanto, que ele virá "nos próximos anos; porque este é um problema complexo que envolve questões de fronteira".

CONSCIÊNCIA

Para o Cimi, 1979 "se caracterizou por uma ampliação do movimento índio em defesa de seus direitos, particularmente em defesa de seu patrimônio, movimento esse que se vem aprofundando. Cada mês registrou-se pelo menos uma tomada de posição de um desses povos, ampliando o "espaço de sua tenda", na expressão do profeta Isaías". Esta tomada de consciência deve-se, segundo o Cimi, "à negativa do presidente em ouvir as aflições de suas comunidades, mas não diminuiu a determinação dos líderes indígenas na continuação da luta pelo que sempre foi seu. Ao contrário, convenceu-os da necessidade de assumirem com mais definição a sua causa".

Em geral — com exceção do ex-presidente da Funai, general Ismarth de Araújo — os dirigentes do órgão não ouvem os índios. O coronel Nobre da Veiga, por exemplo, quando recebe algum índio ou grupo indígena em seu gabinete, permite-lhes uma permanência mínima, que pode variar de 30 segundos (como ocorreu no início de dezembro, com um representante dos xerentes, até dez minutos, como na sexta-feira, dia 28). As queixas dos índios são recebidas ou pela imprensa ou pelo Cimi ou ainda por alguns funcionários do órgão.

FATOS

No começo de 1979, diz o Cimi, "os xavantes de Pimentel Barbosa reasumiram o controle de sua área, que havia sido negociada por altos funcionários da Funai com fazendeiros. Já no final do ano, agora, os seus vizinhos, de Couto Magalhães, ampliaram o seu espaço retomando a fazenda Xavantina, apesar da praça de guerra ali instalada pelos patrões, entre os quais se encontram altos dirigentes do governo.

Ainda dentro dos fatos de tomada de consciência, o Conselho Indigenista Missionário aponta o exemplo dos tupiniquins e guaranis

do Espírito Santo, que "retomaram parte de suas terras griladas com a cobertura do Estado por duas multinacionais, a Aracruz Celulose (com capital norueguês) e a Vale do Rio Doce. No sul, os Xokleng, de Ibirama (SC), entram com ação na Justiça Federal, com um mandado de segurança contra a Funai, para embargar a exploração ilegal da madeira de lei em suas terras.

No Nordeste, os índios guajajaras do Maranhão "continuam sendo agredidos por pistoleiros e políticos a serviço de grileiros de suas terras, mas prosseguiram abrindo espaço e garantindo a volta ao seu patrimônio das terras de Alto Alegre, há quase um século nas mãos da ordem capuchina. E os Xokos reassumem definitivamente, e de forma heroica a ilha de São Pedro, há 70 anos em mãos da família Brito, que a mantém a força de ameaças e violências".

EMANCIPAÇÃO

Banida dos textos oficiais, a emancipação dos índios, que em 1978 levantou a opinião pública do país, volta agora de outra forma, diz o Cimi. "Com roupagem nova, a emancipação não foi mais possível de ser escondida e tomou corpo por ocasião do afastamento do presidente Ademar Ribeiro da Silva. Estas novas investidas oficiais contra os índios são provenientes de políticos e governadores, com profundas raízes dentro do Ministério do Interior e da própria Funai".

Essa emancipação virá com o projeto de descentralização da Funai, "que na verdade é um projeto de "estadualização", mediante o qual se pretende paulatinamente entregar os destinos dos índios à política — melhor política — dos estados".

A partir da notícia de descentralização e colaboração dos governos estaduais, "começam a aparecer novos atentados de caráter oficial ou "legal" às comunidades indígenas. Destacam-se entre elas o relatório do governo de Mato Grosso e empresários que investem naquele Estado, propondo o desmantelamento das áreas indígenas da região e um projeto de lei de autoria do senador "bionico" Amara Furlan propondo, entre outros absurdos, a transferência a empresários das terras do Parque Indígena do Xingú".

INSOLUVEIS

Enquanto crescem as pressões contra as terras indígenas, há os casos pendentes na Funai, alguns deles engavetados há anos. O Conselho Indigenista destaca, entre eles, o envenenamento dos índios Guajás, do Maranhão, "vítimas de fazendeiros", sem que se saiba quais as providências tomadas pela Funai contra os responsáveis". Em Minas Gerais, os índios Krenak esperam uma definição a respeito de suas terras griladas. "Eles foram transferidos de forma criminosa em 1972 para a Fazenda Guarani e agora exigem a volta para a terra de origem; os Guatós, de Mato Grosso do Sul, vêm sendo usados para pesquisas do Laboratório Sintex do Brasil (multinacional), sem acompanhamento da Funai".

Ainda entre os casos insolúveis e que vão se acumulando nas mesas da Funai, há as transferências dos índios Karará, do sul do Pará, que foram levados para a reserva dos índios Xikrin do Rio Bacajá e os Kaiowá, que foram deportados para a serra da Bodoquena e para o Paraguai.

Finalmente o Cimi encerra seu balanço dizendo que "os promotores da Justiça pelos índios serão os próprios índios e os exemplos de Couto Magalhães, Rio das Cobras, Noaí, Ilha de São Pedro, são alguns desses sinais da Justiça conquistada. Nela está nossa esperança..."